



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007737-66.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Embargado: **José Missali Neto e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Embargos à Execução opostos pelo **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** que lhe move **SANDRA BERENICE TINTO ZAGO**, alegando falha nos cálculos da embargada, que gerou excesso na execução, no valor de R\$ 201,10.

Sustenta a não incidência de juros moratórios e que o índice de atualização monetária deve ser o da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativos às Fazendas Públicas.

Os embargos foram recebidos (fls. 17), determinando-se a suspensão do processo principal, quanto ao valor controvertido.

A embargada concordou com o cálculo apresentado (fls.20/22), requerendo sejam afastados os ônus de sucumbência, por ser o embargante contumaz descumpridor das ordens judiciais. Requereu, ainda, o sequestro de verbas públicas no valor de R\$ 344,80, referente à aquisição do medicamento pela parte autora, em razão do descumprimento da ordem pelo ente público municipal.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Ante o reconhecimento do pedido, já que o credor aceitou como valor correto a executar aquele indicado pela Fazenda do Município de São Carlos, ou seja, R\$ 717,14 (setecentos e dezessete reais e quatorze centavos) para maio de 2015, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, II do CPC e procedente o pedido.

Condene o embargado a arcar com as custas judiciais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento, observando-se, se o caso, o disposto no artigo 12, da Lei nº 1.060/50.

Prossiga-se na execução, pelo valor de R\$ 717,14 (setecentos e dezessete reais e quatorze centavos) para maio de 2015, a fim de que nela seja expedido o Requisitório de Pequeno Valor (RPV).

O pedido de ressarcimento do valor gasto na aquisição do medicamento deverá ser feito nos autos principais.

P. R. I. C.

São Carlos, 18 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**